

CONTRA CORRENTE

para quem desafia o pensamento único



O que está em JOGO com a CRIAÇÃO do NOVO BANCO de desenvolvimento?

Nova instituição financeira surge no sistema internacional, mas há dúvidas sobre mudança em modelo de desenvolvimento que favorece violação de direitos humanos.

BRICS E PATRIARCADO:
Resistência e mobilização em Fortaleza

BRICS E TRANSNACIONAIS:
como países votaram resolução sobre violação de direitos humanos

BRICS NO G20:
Modelo alternativo de desenvolvimento?

Um novo banco para um velho modelo de desenvolvimento?

Depois de algumas cúpulas e várias discussões sobre a necessidade, estrutura e natureza de um novo banco de desenvolvimento, resultado dos aportes dos países do bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), a pergunta sobre quem seriam os beneficiados por esta nova estrutura - e como - é tão importante quanto pensar e observar de que forma tal banca delinearia (ou aportaria) formas de suporte a modelos alternativos de desenvolvimento. Primeiramente, parecia haver desconforto por parte das instituições de Bretton Woods, em particular do Grupo Banco Mundial, com a possibilidade da emergência de novos atores no cenário do financiamento ao desenvolvimento. Este desconforto se devia especialmente à possibilidade de maior influência do bloco no sistema financeiro internacional, de forma ativa, e não apenas no que tange às consequências não-intencionais de mudanças em suas conjunturas econômicas e políticas; o que ocorre atualmente com os países do bloco, à exceção da China.

Depois, quando anunciadas as áreas de interesse do suposto banco, que ganhou corpo no debate na V Cúpula dos BRICS, em Durban, o Banco Mundial já começa a ser colocado timidamente como modelo a ser seguido pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) ou Banco dos BRICS. O receio, agora, já é substituído pela parceria e por debates sobre como o mesmo banco poderia suprir as áreas de financiamento que saem da prioridade de algumas instituições do Banco Mundial, tal como infraestrutura, e de setores em franca expansão na inovação e alocação de investimentos no sistema financeiro, como é o exemplo dos projetos de desenvolvimento sustentável. Estes últimos incluem além de projetos de redução de emissão de carbono por geração de créditos de compensação, outros relativos ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), mais ligados à estruturação de políticas públicas para o ordenamento territorial relacionadas à criação de zonas econômicas e de produção específicas. Muitas vezes ambos levam à desterritorialização de comunidades e ao esgarçamento dos tecidos sociais que sustentam seus modos de vida, como destacamos na última edi-

Índice

-
- 6** Os BRICS e a resistência à ofensiva do capitalismo patriarcal
-
- 9** Quem são os proprietários dos BRICS?
-
- 12** No país da FIFA, comemoramos o resultado de um grande jogo: 20 Direitos Humanos x 14 Empresas Transnacionais
-
- 16** A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre
-
- 21** BRICS no G20: Há um modelo alternativo de desenvolvimento?
-
- 23** BRICS: “Os novos tiranos”?
-



CONTRA CORRENTE é uma publicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
Número 06, Julho de 2014

Edição e Revisão: Marcela Vecchione
Ana Rogéria Araújo (Jubileu Sul)

Projeto Gráfico e Capa: Guilherme Resende - guileresende@gmail.com

Foto da Contracapa: Ana Vieira - Marcha Mundial das Mulheres - Apodi/CE

Os artigos assinados refletem a opinião de seus autores/as. E não, necessariamente, são questões consensuadas na Rede Brasil.

Av. Senador Lemos, 557 - Umarizal - Belém - Pará
CEP: 66050-000 t + 5591 3224-9074



Copyright. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado o autor e que se inclua a referência ao artigo original.

ção de Contracorrente: *Territórios de Disputa**.

O desenvolvimento sustentável e sua ligação com o financiamento ao desenvolvimento é também o tema da VI Cúpula dos BRICS, nas cidades de Fortaleza e Brasília, entre os dias 14 e 16 de julho de 2014. Entretanto, ainda não se ouviu muito a respeito das propostas nesta área, exceto que as políticas ambientais brasileiras e o gerenciamento de financiamento ligado a temas ambientais do mesmo país são referência para aqueles países do bloco, que em sua maior parte – exceto pela Rússia – negociam conjuntamente nas Convenções do Clima pelo grupo BASIC. É possível que isso seja indicativo de como as finanças no setor ambiental caminham no banco, mas tudo é ainda muito especulativo. Ainda que haja razoável convergência nas negociações climáticas, um fechamento de ação coletiva em um banco na agenda do financiamento ao desenvolvimento é muito mais complexo do que a combinação de agendas em temas específicos no tocante à mudança climática.

Com relação à ligação entre os temas desenvolvimento sustentável e infraestrutura, prepondera o fato de que projetos de grande escala para a promoção da última usualmente causam impactos socioambientais severos, colocando em xeque a sustentabilidade do empreendimento e do desenvolvimento gerado por esse. Fica a dúvida de como um modelo de desenvolvimento inovador, a começar por sua própria estrutura de financiamento, poderia coligar as duas coisas. Provavelmente, seria impossível; a menos que o incentivo em infraestrutura já enxergasse no passivo ambiental um mercado de futuro, ou ainda que na definição de áreas geográficas prioritárias para financiar a infraestrutura, outras ficassem poupadas como fonte de ativo ambiental no bloco. Como ressaltado

em contribuição recente do antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, projetos (infraestruturais) de grande escala usualmente refletem a forma de produção e estruturação ligada aos sistemas econômicos dominantes. Em um contexto de um bloco com países com altos índices de desigualdades em suas realidades internas, fatores como esses parecem ser muito mais centrais para pensar se o banco representaria uma alternativa ao financiamento ao desenvolvimento, do que as desigualdades que estes países guardam entre si, refletidas no sistema internacional. Parece que os contextos internos e as perspectivas dos povos e populações dos BRICS por meio de suas articulações seriam fundamentais, assim, para refletir sobre um banco do bloco como iniciativa alternativa de financiamento ao desenvolvimento.

Nesta direção, Isabelle Azevedo, Isabela Benício e Sarah Moreira, oferecem nesta edição um panorama de como a sociedade civil no Brasil vem se organizando desde 2013 para atuar na VI Cúpula dos BRICS. A relevância da perspectiva dos povos é debatida no contexto do patriarcalismo presente nos modelos de desenvolvimento vigente e na preocupação de que um novo banco possa continuar financiando projetos que levam à violação de direitos, aumentando a impunidade dos atores públicos e privados envolvidos no processo. Também relatando o processo de articulação da sociedade civil, mas buscando enfatizar tentativas de diálogo de grupos desta articulação com os tomadores de decisão envolvidos na estruturação do banco, Carlos Tautz e João Roberto Lopes Pinto, ressaltam que já foi sinalizado por representantes do governo brasileiro que a abertura às sociedades civis dos países do bloco para debater o processo está praticamente descartada. Na esteira da constatação, os autores nos colocam um aspecto preocupante no contexto de formação deste banco: a quantidade de financiamentos públicos nos paí-

* link para versão online: <http://issuu.com/guilhermeresende/docs/contracorrente5>

ses do bloco a grupos empresariais ligados a famílias e indivíduos que dominam o “mercado” de parcerias público-privadas e detém fortunas ligados a setores da economia ligado ao desenvolvimento energo-intensivo representando pela indústria extrativa e de produção e exportação de commodities.

Ainda chamando a atenção para a apropriação do setor privado daquilo que é comum causando enormes e incomensuráveis prejuízos à vida pública e gerando sistemática violação dos direitos humanos com a cumplicidade dos Estados, Lucia Ortiz, Diana Aguiar e Alexandra Montgomery relatam uma vitória histórica da sociedade civil no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em Genebra. A vitória diz respeito à votação a favor de criação de instrumento legal vinculante que puna as transnacionais por violações de direitos, resultado de suas ações em territórios. As autoras relatam a construção do momento vitorioso no ACNUDH apontando como os países dos BRICS se posicionaram. Tal análise é bastante oportuna no momento em que o aporte de US\$ 50 bilhões de dólares já foi garantido ao banco do bloco, que sinaliza a tendência de investimentos em projetos privados no futuro. Relatando um exemplo prático da arquitetura da impunidade que países emergentes autorizam em seus espaços nacionais, André Guerra traça o panorama das violações de direitos que ocorreram em Porto Alegre na preparação e durante a Copa do Mundo FIFA 2014. André desenha o paralelo entre a atuação da FIFA, como expressão do capital transnacional, e o contexto de ameaça à garantia de direitos básicos, como a moradia e a liberdade de expressão; tudo em nome de um desenvolvimento e de uma justiça que não existe para todos.

Por fim, Leonardo Ramos, situa os BRICS no contexto internacional vis-à-vis outros blocos econômicos, como o G20. A contextualização de Leonardo é

importante para que não entendamos os BRICS como um bloco isolado no debate sobre o surgimento de potências emergentes no sistema financeiro e econômico mundial. Pelo contrário, os países do bloco, que no mesmo parecem ainda não ter o ponto claro da afinidade em um suposto contexto multipolar, já possuem posições bem definidas em outros fóruns, o que nos oferece indicativos de como se configuraria uma instituição financeira administrada por representantes do mesmo bloco. Neste sentido, cabe a quem é crítico do modelo de desenvolvimento vigente, pensar porque outras iniciativas, pensadas à luz dos aportes da sociedade civil, e voltada para as demandas mais de base, como o Banco do Sul, não prosperam na agenda multipolar da política externa brasileira. Somente neste ano é que foi anunciado o aporte de US\$ 7 bilhões para o banco, que será administrado sob a institucionalidade da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Cabe lembrar que, em 17 de julho de 2014, o último dia de Cúpula dos BRICS, será de encontro com representantes da UNASUL, justamente para discutir bases de cooperação econômica, financeira e tecnológica com o bloco sul-americano. Vale observar como caminhará as alianças em tempos de multipolaridades, com pólos longe de serem equidistantes do desenvolvimento inclusivo que o futuro Banco dos BRICS coloca como ponto crucial de sua atuação. Resta-nos perguntar: inclusivo de quem e para quem?

Os BRICS e a resistência à ofensiva do capitalismo patriarcal



ADRIANA VIEIRA - MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES - APODI/CE

24 horas de ação feminista em Apodi.

Fortaleza, no Ceará, recebe nos dias 14 e 15 de julho de 2014 a VI Cúpula dos BRICS, evento que reúne os/a chefes de Estado dos países que compõem o chamado bloco emergente da economia: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. É o maior bloco emergente da atualidade. Abriga quase metade da população do mundo

(43%) e tem uma participação no PIB mundial equivalente ao da União Europeia ou EUA¹. Os países componentes desse bloco caminham para serem possíveis potências econômicas mundiais em 2050, caso mantenham o atual ritmo de desenvolvimento econômico.

O encontro no Brasil pretende fortalecer as relações econômicas,

comerciais e financeiras entre os países BRICS, já que, dentre outras negociações, estará na pauta da reunião além da criação de um banco de desenvolvimento multilateral, o financiamento de investimentos em áreas estratégicas de infraestrutura, tais como no setor energético nos cinco países. Estes setores estão articulados com grupos e empresas transnacionais dentre as quais se inclui a Vale. Percebe-se, assim, a busca por um novo equilíbrio de poder em termos políticos e econômicos.

Com um histórico de enfrentamento às políticas de outras instituições financeiras com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), organizações da sociedade civil e movimentos sociais, embora ainda não tenham a devida clareza sobre o formato e a atuação desse banco, pretendem incidir sobre sua constituição e seu papel. Há uma

preocupação de que seja meramente a replicação de um modelo de financiamento e de desenvolvimento já existente no mercado e que tem beneficiado as grandes corporações. Esse modelo tem se mostrado extremamente predatório, principalmente quando se trata da garantia dos direitos humanos e das questões ambientais.

Para os movimentos de mulheres, iniciativas como a criação de um novo banco de desenvolvimento, envolvendo países sob denúncias terríveis, relativas a toda sorte de violações aos direitos das mulheres, são preocupantes as consequências que esse banco possa ter na diminuição da exigibilidade de seus direitos. Isto porque bancos como esses financiam cada vez mais projetos em que as mulheres são expulsas de seus territórios, seja pelos megaprojetos nas áreas urbanas, seja pelas empresas extrativistas e pelo agronegócio nas áreas rurais.

Somado a isso, predomina nos BRICS diferenças de gênero refletidas principalmente na falta de oportunidade das mulheres, nos baixos salários e na pouca escolarização, intensificadas pela pobreza, pelas diferenças de cor e castas, pelas regiões geográficas e pelo próprio sistema patriarcal². Por exemplo, o infanticídio de meninas e o aborto seletivo ainda é uma realidade em países como a

Índia e a China, principalmente nas comunidades rurais e nas famílias pobres, onde a tradição cultural afirma que o nascimento de um homem tem muito mais valor para a família do que o de uma mulher. Acredita-se que a família poderá se beneficiar com a força do trabalho masculino, já que o destino reservado às mulheres é o do matrimônio, demonstrando toda a inferioridade na qual a mulher ainda é tratada.

A ligação entre os países BRICS é, portanto, meramente econômica e financeira. Projeta sob uma lógica desenvolvimentista, sem considerar as questões sociais. Além disso, esses países guardam enormes diferenças no plano econômico, político, cultural, social, jurídico e ambiental. A diferença fica evidente quando são comparados índices como o de pobreza, de concentração de renda e de desenvolvimento humano. Tais diferenças ampliam ainda mais a insegurança da sociedade sobre o projeto político que está sendo traçado pelos BRICS.

Diante de um cenário de preocupações e incertezas pretendemos articular sociedades civis organizadas desde um campo crítico a um modelo de desenvolvimento capitalista, racista, patriarcal que pretende fortalecer articulações e ações, a partir dos países dos BRICS. Vemos a Cúpula também como fato político que

está nos mobilizando, no sentido de dar visibilidade e possibilitar a construção de estratégias de aproximação e diálogo entre nós e com a sociedade. Essa aproximação poderá trazer maior qualidade às nossas denúncias e alternativas às estruturas que organizam o atual modelo e incidir sobre o modo como têm se processado a política externa brasileira e os jogos políticos e econômicos daí resultantes. É nessa perspectiva que os movimentos têm denunciado fortemente o ProSavana, projeto financiado e articulado pelo governo brasileiro que tem permitido a expansão do agronegócio sobre Moçambique.

O processo de articulação diante da Cúpula dos BRICS teve início em junho de 2013, quando a proposta inicial de data para a mesma era março de 2014. Em novembro de 2013, foram realizados debates com várias organizações e movimentos de Fortaleza com presença do Esplar, Marcha Mundial das Mulheres/ MMM, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Rede Brasil, INESC, DIEESE, CUT, Comitê Popular da Copa, Jubileu Sul, PSOL, Conlutas, setores da academia e do movimento estudantil. Foi um momento de pensar coletivamente sobre o que significava sediar esse evento e de que forma deveríamos nos posicionar. Não pensávamos necessariamente da mesma forma,

mas definimos que essa era uma oportunidade muito interessante para nos conhecermos, somarmos e nos fortalecer. Nesse ínterim, houve a mudança da data da Cúpula para julho de 2014, momento em que ainda passávamos por uma intensificação de violências contra a população urbana e da periferia no contexto das obras da Copa, gerando uma agenda de trabalho muito intensa dos movimentos de Fortaleza. Entre dezembro de 2013 e abril de 2014, o tema da Cúpula dos BRICS foi também discutido no âmbito do PAD (Processo de Articulação e Diálogo), que é uma articulação das organizações da sociedade civil e agências de cooperação não-governamentais, apoiadas pela cooperação ecumênica. Nessas reuniões, a Cúpula entrou na agenda do PAD como ponto estratégico para 2014.

A partir de março de 2014, a pauta dos BRICS foi retomada tanto no Comitê Popular da Copa, quanto através de um seminário realizado pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e pela Rede Brasileira de Integração dos Povos (REBRIP), em maio, no Rio de Janeiro. Neste momento, foi se concretizando a proposta de realizarmos tanto um encontro da sociedade civil dos países dos BRICS durante a Cúpula para aprofundarmos sobre o atual modelo de desenvolvimento e suas relações com as políticas do bloco, quanto uma ação de rua para estimular o

diálogo com a sociedade. A partir de algumas análises críticas, achamos importante destacar que nosso evento não se propunha a ser uma atividade similar ao Fórum Social Mundial (FSM) ou à Cúpula dos Povos.

Essas ofensivas se materializam em políticas como as dos bancos de desenvolvimento multilateral, que financiam cada vez mais megaprojetos nos quais as mulheres são expulsas de seus territórios nas áreas urbanas e rurais por projetos executados por grandes empreiteiras, por empresas extrativistas e do agronegócio.

Assumimos o desafio de construir uma metodologia que consiga tornar esse tema acessível, mostrar sua relação com nossas opressões e lutas cotidianas, considerando as diferentes realidades, os diferentes tipos de opressão e violência e processos de organização, em especial no que se refere às diferenças entre os países que compõem os BRICS.

Para nós, mulheres, é mais um momento para denunciarmos as ofensivas do capitalismo patriarcal contra a natureza, os direitos das trabalhadoras, o controle sobre nossos corpos e vidas. Essas ofensivas se materializam em políticas como as dos bancos de desenvolvimento multilateral, que financiam cada vez mais megaprojetos nos quais as mulheres são expulsas de seus territórios nas áreas urbanas e rurais por projetos executados por grandes empreiteiras, por empresas extrativistas e do agronegócio.

Percebemos, também, que é o momento de denunciar o imperialismo que está se configurando no modelo de desenvolvimento traçado para os países dos BRICS e de propor uma economia feminista e solidária para superação da pobreza e de outras formas de opressão.

Volta, então, a questão objeto de tantos debates nas últimas décadas: qual integração queremos, o quê integrar e em que bases?

*Isabelle Azevedo Ferreira e Isabela Benício são militantes da Marcha Mundial das Mulheres do Ceará
Sarah Luiza Moreira trabalha no ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 DIEESE. Os Brics e a ação sindical. São Paulo: São Paulo: DIEESE, 2013. Disponível em <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec128BricsAcaoSindical.pdf>

2 SILVÉRIO, Maria. Brics: desigualdades sociais nos países emergentes. Observatório das Desigualdades, 2012. Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&tid=123>

Quem são os proprietários dos BRICS?

Os governos dos países do BRICS anunciarão em sua próxima Cúpula, nos dias 15 e 16 de julho, em Fortaleza, Ceará, a criação de um banco de desenvolvimento conjunto. A informação foi confirmada pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Márcio Bicalho Cozendey, no seminário “Por equidade e justiça socioambiental nos BRICS. O evento ocorreu na última semana de abril de 2014 e foi organizado por entidades da sociedade civil, no Rio de Janeiro. Cozendey informou, ainda, que o Banco dos BRICS nascerá com um orçamento de US\$ 50 bilhões, com prévia autorização para chegar a US\$ 100 bilhões. Será um Banco voltado a financiar projetos - empresariais ou de governos - nos setores de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. O foco geográfico será o continente africano. Questões ainda por definir dizem respeito, particularmente, a se os aportes de capital por cada país membro serão de igual valor ou não. Na verdade, as respostas a isso definirão a distribuição de poder na gestão do futuro banco, cuja sede deverá ser em Xangai, na China.

Na oportunidade, Cozendey foi questionado sobre as possibilidades de uma maior participação da sociedade civil na construção desta nova instituição de financiamento ao desenvolvimento, bem como sobre quais seriam os critérios e as salvaguardas ambientais e sociais que nortearão a instituição financeira. O representante do Ministério da Fazenda reconheceu a oportunidade das organizações da sociedade civil proporem critérios socioambientais para os projetos da futura instituição, mas se mostrou descrente quanto à possibilidade de formalização de canais de diálogo com organizações da sociedade civil.

Abertura ao diálogo se restringe ao empresariado

O evento no Rio de Janeiro ocorreu na esteira de outra iniciativa que reuniu uma série de organizações da sociedade civil em encontro paralelo à 5ª. Cúpula BRICS, ocorrida em Durban, em março de 2013. O encontro em Durban articulou experiências de diferentes países sobre o financiamento ao desenvolvimento, que manifestaram particular preocupação com o fato

de que, tal como em outros espaços multilaterais, o primeiro ciclo de Cúpulas dos BRICS contou com a presença organizada e oficializada do empresariado, a despeito da não abertura de espaços oficiais de diálogo com organizações da sociedade civil.

A presença do empresariado se dá por meio do Fórum Empresarial dos BRICS, que se reuniu pela quarta vez em Durban, e do Conselho Empresarial dos BRICS, constituído nesta última Cúpula. Em sua declaração, ao final da 5ª Cúpula, o Fórum Empresarial assinala que “a criação do Conselho Empresarial dos BRICS é uma medida prática que vai aprofundar relações econômicas entre os países do BRICS (...) devemos olhar para continuar o incremento do comércio intra BRICS para alcançar, pelo menos, 500 bilhões de dólares em 2015, conforme acordo do Fórum Empresarial anterior na Índia”¹.


O primeiro encontro do Conselho Empresarial dos BRICS ocorreu nos dias 19 e 20 de agosto de 2013, em Johannesburgo. Na declaração final do encontro, o Conselho Empresarial compromete-se a “promover Parcerias Público-Privadas entre empresariado e governos dos BRICS” e apela “aos

governos para acelerar a formação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS.”² No encontro, o Presidente sul-africano, Jacob Zuma, exortou o empresariado a aproveitar as oportunidades de negócio no âmbito dos BRICS, com destaques para: infraestrutura, mineração, manufaturas, agricultura, energia e serviços financeiros.³

Reconhece-se que uma maior participação da sociedade civil em relação ao futuro Banco de Desenvolvimento dos BRICS não pode prescindir do conhecimento sobre como as instituições financeiras de desenvolvimento de cada país do bloco encontram-se ligadas a determinadas corporações empresariais em seus contextos domésticos. O entendimento sobre quais são as principais corporações e projetos beneficiados pelas instituições financeiras de desenvolvimento em cada país dos BRICS, certamente trarão importantes sinalizações de grupos, setores, áreas e escala de atuação que deverão nortear o futuro banco. Com a formalização e efetivação dos espaços de participação empresarial no âmbito do bloco, importa identificar os principais grupos empresariais representados no Conselho e Fórum Empresarial, bem como a relação destes grupos com as instituições financeiras de desenvolvimento em cada país membro.

Neste sentido, vale já destacar que, em uma primeira aproximação, temos a seguinte composição do Conselho Empresarial dos BRICS:



 **África do Sul:** Patrice Motsepe (Chairman): 8º mais rico da África, segundo a Forbes e proprietário do conglomerado da mineração *African Rainbow Minerals (ARM)*, com quem a brasileira Vale possui uma *joint venture* em projeto de cobre na Zâmbia.



Brasil: José Rubens de La Rosa: Diretor da *Marcopolo SA*, fabricante de carrocerias de ônibus e uma das empresas mais internacionalizadas do país e que contou em 2010 com financiamento do BNDES para a exportação de ônibus para a África do Sul – figuram também como membros representantes do Brasil empresários da Vale, Gerdau, Weg e do Banco do Brasil.



Rússia: Sergey Katyrin: Presidente da *Câmara de Comércio e Indústria da Federação da Rússia*. A parte russa na iniciativa também inclui o chefe do Vnesheconombank, Vladimir Dmitriyev, o diretor da Corporação Estatal Rostekh, Sergei Chemezov, o presidente da empresa Ferrovias Russas, Vladimir Yakunin, e o diretor-geral do Fundo de Investimento Direto russo, Kirill Dmitriyev.



Índia: Onkar Kanwar: controlador da empresa *Pneus Apollo*, um dos maiores fabricantes de pneus da Índia com fábricas na Índia, Holanda e África do Sul.



China: Ma Zehua: Presidente da holding *China Ocean Shipping Companies Group (Cosco Group)*, uma das maiores multinacionais do mundo, com atuação no transporte marítimo internacional e com subsidiária no Brasil.

Como se vê, tratam-se de grandes grupos privados com forte atuação no campo da logística, energia e *commodities*. Vale dizer, que no caso do Brasil, o Instituto Mais Democracia desenvolveu, juntamente com a Cooperativa EITA, um estudo pioneiro sobre as conexões entre os principais grupos econômicos atuantes no país e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As conexões, neste caso, vão além dos volumosos empréstimos, estendendo-se às participações no capital destas empresas por meio do BNDES PARTICIPAÇÕES SA⁴.

Chama a atenção que os grupos historicamente beneficiados pelo BNDES são os mesmos que empreendem a internacionalização dos investimentos brasileiros no exterior, particularmente nos setores de produção e exportação de *commodities*, insumos e logística. Ao mesmo tempo, constata-se que estes grupos estão invariavelmente envolvidos em projetos com graves passivos socioambientais dentro e fora do país, a exemplo da atuação da Vale, em Moçambique, e da Odebrecht, em Angola.

Para além da formalização da criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, prevista para a próxima cúpula, os bancos de desenvolvimento dos países membros já firmaram, na Cúpula de Durban, acordos de cooperação de co-financiamento entre o BNDES, Banco de Desenvolvimento e Assuntos Econômicos Externos

(Vnesheconombank) da Rússia, o Exim-Bank da Índia, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Desenvolvimento do Sul da África (DBSA) assinaram o “Acordo Multilateral dos BRICS para o Co-financiamento de Infraestrutura na África”, que visa a facilitar a assinatura de pactos bilaterais entre os bancos

“É essencial que as organizações da sociedade civil no Brasil e nos outros países dos BRICS avancem em um melhor entendimento das conexões entre as instituições de financiamento ao desenvolvimento e as corporações empresariais, sejam elas privadas ou estatais.”

de desenvolvimento do bloco para co-financiar projetos de interesse mútuo no continente, apoiando, por exemplo, investimentos de empresas de seus respectivos países. Além deste, também foi assinado o “Acordo de Cooperação Multilateral e Co-financiamento para o Desenvolvimento Sustentável dos BRICS”, voltado a financiar projetos ligados à sustentabilidade e à economia de baixo carbono⁵. Resta saber qual o real compromisso do governo brasileiro em favor da inclusão de cláusulas socioambientais nos projetos a serem financiados pelo futuro banco, já

que, no caso do BNDES, verifica-se uma enorme tolerância com violações de direitos sociais e ambientais nos projetos que financia.

É essencial que as organizações da sociedade civil no Brasil e nos outros países dos BRICS avancem em um melhor entendimento das conexões entre as instituições de financiamento ao desenvolvimento e as corporações empresariais, sejam elas privadas ou estatais. As expectativas iniciais de que o Banco dos BRICS pudesse ser um contraponto, nos marcos da cooperação Sul-Sul, ao domínio das instituições de Bretton Woods (BIRD e FMI) parecem cair por terra quando se percebe que nem a arquitetura financeira do novo Banco, nem tampouco a natureza dos projetos que financia se distancia da lógica de atuação daquelas instituições.

*Carlos Tautz é Jornalista e coordenador do Instituto Mais Democracia

*João Roberto Lopes Pinto é Cientista Político e coordenador do Instituto Mais Democracia

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Ver em <http://www.brics5.co.za/joint-statement-of-the-brics-business-forum-2013/>.

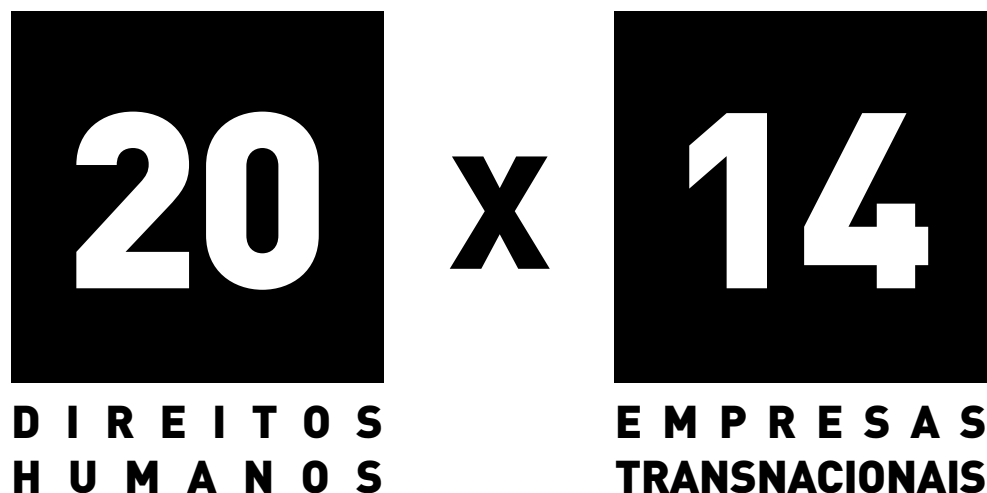
2 Ver em <http://www.safpi.org/news/article/2013/brics-business-council-statement-following-inaugural-meeting>

3 Ver em <http://www.safpi.org/news/article/2013/brics-business-council-jacob-zumas-address>

4 Ver http://www.proprietariosdobrasil.org.br/index.php/pt-br/ranking?f=mostra_rede&id_empresa=20&taba=grafico. Em 2009, o BNDESPAR detinha participações em 22 das 30 empresas brasileiras mais internacionalizadas.

5 Foi também assinado um acordo sobre reservas, que assegura aos países membros acessarem, na eventualidade de um choque externo, recursos oriundos de parcela das reservas cambiais dos membros. Chama particular atenção, que pelo acordo os países teriam, então, acesso imediato até 30% dos recursos, acima deste patamar ficaria condicionado às regras e fiscalização do FMI.

No país da FIFA, comemoramos o resultado de um grande jogo:



Em Genebra, na Suíça, país sede da FIFA, movimentos sociais do mundo todo celebraram uma vitória, há muito esperada, que desafia o poder das empresas transnacionais e começa a responder às demandas dos/as defensores/as de direitos humanos e do meio ambiente para reconhecer e deter as violações dos seus direitos causadas pelas empresas transnacionais com um sistema legal internacional vinculante para julgar e colocar fim à impunidade corporativa.

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH) aprovou uma resolução apresentada por Equador e África do Sul, para dar início à elaboração de um tratado internacional legalmente vinculante que regule as atividades das Corporações Transnacionais em matéria de Direitos Humanos¹. A resolução foi aprovada por 20 votos a favor. Teve 13 abstenções e 14 votos

contra. A iniciativa para estabelecer um instrumento internacional vinculante foi apoiada por mais de 600 organizações, 400 indivíduos, 85 países, além de ter recebido o suporte do Subcomitê de Direitos Humanos do Parlamento Europeu. O surpreendente apoio de quase todos os países dos BRICS – ainda que com a lamentável abstenção do Brasil – foi fundamental nessa virada de jogo.

Diversas organizações da sociedade civil mundial se juntaram em Genebra durante o 26º período de sessões do CDH. O objetivo era claro: convencer os países que um tratado vinculante é uma ferramenta essencial para proteger os povos das ações das transnacionais que violam direitos humanos. Foram semanas de incidência, eventos paralelos, mesas de diálogo, sessões de consultas públicas formais e informais



dentro da ONU. A iniciativa dos povos contou também com uma semana de mobilização contra o poder das transnacionais que envolveu uma manifestação em frente ao edifício-sede das Nações Unidas. Outra ação direta realizada dentro da iniciativa foi o tour da impunidade - uma

marcha em frente a sedes de diversas transnacionais suíças, que culminou em frente à Organização Mundial do Comercio (OMC). Durante esse período, Genebra foi o palco de uma audiência do Tribunal Permanente dos Povos², que ouviu testemunhos de violações de direitos humanos ocorridas em 12 casos

de diferentes países devido à ação em empresas transnacionais.

Na apresentação da proposta de resolução, no dia 26 de junho, alguns países como Estados Unidos e União Europeia (representada pela Itália) se opuseram de maneira veemente à proposta de resolução. Estes países também pressionaram outros países a votar a seu lado, ameaçando-os com perdas financeiras e de ajuda ao 'desenvolvimento'. O argumento utilizado por esses países consistia basicamente em que essa iniciativa era precipitada, uma vez que o foco deveria ser a implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, criados em 2011. Estes princípios apostam na criação de plano nacionais e na regulamentação em nível doméstico, em países receptores de empreendimentos. Porém, quando China e Índia se somaram aos países da iniciativa do tratado vinculante e expressaram oralmente seu apoio à resolução, a plenária pôde sentir a vitória desta mesma iniciativa, antes mesmo do término da 26ª sessão do CDH, em Genebra.

Antecedentes - Iniciativa precipitada?

As primeiras tentativas conjuntas para desenvolver sistemas internacionais capazes de responsabilizar empresas por violações de direitos humanos no âmbito das Nações Unidas datam do início dos anos 70. Tais tentativas

se desenvolveram desde denúncias do envolvimento de corporações transnacionais em golpes de Estado na América Latina. Em 2011, surgiu o marco aplicável a empresas sobre violações dos direitos humanos, que foi apresentado ao mundo por John Ruggie e que consiste nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos - basicamente voluntários. Os Estados no CDH não se opuseram a esses princípios, apesar de terem recebido duras críticas por parte das organizações da sociedade civil. As críticas defendiam que, em face das violações sistemáticas de direitos humanos por empresas transnacionais, normas voluntárias eram absolutamente insuficientes, além de desrespeitosas às vítimas e sua necessidade de acesso à justiça.

Em setembro de 2013, o tema do tratado vinculante foi trazido uma vez mais ao CDH. Neste momento, mais de 80 países reconheceram a necessidade de avançar no tema. O processo intergovernamental para tanto respondia a uma demanda histórica dos movimentos sociais, condensada nos últimos dois anos na Campanha Global para Desmantelar o Poder Corporativo e Parar a Impunidade. Em novembro de 2013, mais de 140 organizações de sociedade civil se fortaleceram para criar uma aliança para aprovação do tratado³, quando solicitaram a criação de um instrumento internacional com regras que regulassem, de forma vinculante, as ações das empresas

transnacionais no tocante à violação dos direitos humanos.⁴

Para a Rede Brasil, a responsabilização jurídica subsidiária dos agentes financeiros pelas violações aos direitos humanos e crimes ambientais, cometidas pelas empresas transnacionais, tem sido tema de debates e estratégia de mobilização nos últimos anos. A criação iminente de um Banco dos BRICS precisa ir além de salvaguardas, políticas operacionais ou diretrizes voluntárias. Isso porque é preciso garantir que os recursos dos BRICS não sirvam ao aprofundamento das injustiças sociais e ambientais relacionadas ao modelo energético, extrativista e exportador de riquezas naturais, que vem puxando a emergência econômica desses países a qualquer custo.

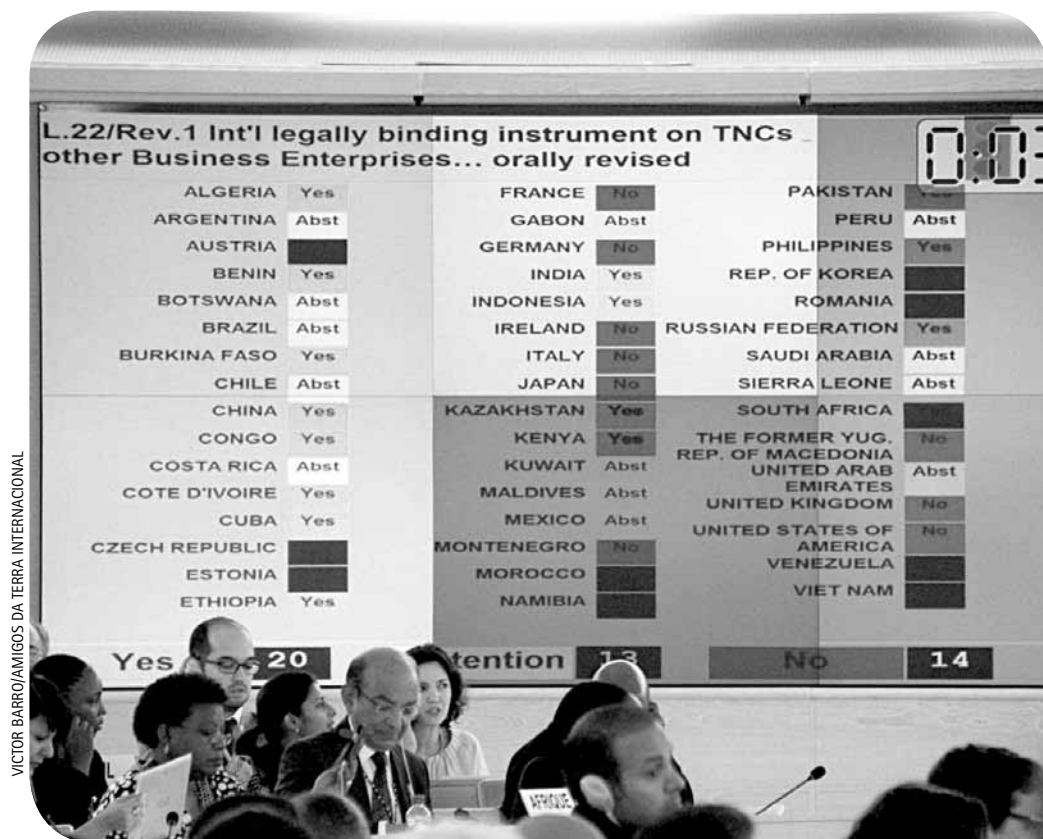
Quando o consenso oprime

Desde 2011, os princípios voluntários eram promovidos por um grupo de trabalho, liderado pela Noruega, e do qual também fazem parte Argentina, Rússia e Gana (até junho a Índia também era parte, mas se retirou). Este grupo, sob forte pressão europeia, facilitava a proposta de 'consenso', a qual na prática significava diluir a proposta da África do Sul e do Equador por um instrumento obrigatório, incorporando-a parcialmente numa mesma resolução com os princípios voluntários. Incorporava parcialmente, porque não afirmava

a necessidade de um instrumento obrigatório, mas concedia discutir a potencial importância, aplicabilidade e necessidade de tal instrumento. O "consenso" reduzia, assim, a proposta de um grupo intergovernamental com mandato político específico para a definição do escopo e apresentação de uma proposta de tratado vinculante. A abstenção da Argentina na votação da proposta do Equador e África do Sul mostrou certa resistência ao "bullying" europeu.

Rússia - também parte do grupo de trabalho - e Índia que poucos dias antes da votação da proposta de resolução se retirou do grupo de trabalho, votaram a favor da resolução defendida por África do Sul, Equador e países da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA). Assim, dentre os países do bloco dos BRICS, apenas o Brasil se absteve da votação, junto a outros 12 países que, dessa forma, deram espaço para isolar os Estados Unidos e a União Europeia na defesa de suas corporações.

A abstenção do Brasil, apesar das solicitações e apelos feitos pela sociedade civil brasileira, foi uma verdadeira bola fora no currículo de um país que se diz referência em promoção de direitos humanos. Nos últimos momentos, o país passou a defender que se adiasse a votação até chegar a um suposto e opressor consenso, que poderia significar, na prática, o esvaziamento da proposta por um tratado vinculante sobre empresas transnacionais.



Vitória

Quando Estados Unidos pediu confiante e ameaçador a votação sobre a resolução do Equador e África do Sul, alertando os votantes que sua aprovação poderia significar “perdas financeiras”, o Brasil se absteve, e se excluiu assim da comemoração que explodiu em aplausos na plenária, ao observar a maioria de votos verdes (sim), contra a minoria de vermelhos (não) no painel de votação.

Esta foi uma vitória histórica e significativa, além de muito necessária aos defensores do meio ambiente, dos direitos humanos e dos modos de vida sustentáveis. As organizações e movimentos que têm trabalhado por muito tempo por um tratado

internacional legalmente vinculante a fim de levar as corporações à justiça e deter sua liberdade de agir na impunidade celebraram a adoção da resolução. Esta representa um primeiro passo no sentido de contrapor a crescente arquitetura de impunidade. Esta arquitetura se expressa na assimetria entre, por um lado, os superpoderes concedidos às transnacionais pelos tratados de livre comércio e acordos de investimentos (como por exemplo, a possibilidade de demandar os Estados por supostas perdas em seus investimentos em tribunais de arbitragem internacionais) e, por outro lado, a falta de obrigações vinculantes para controlar as mesmas empresas sob leis internacionais.

Essa vitória é, no entanto, o início de uma batalha para que o conteúdo desse tratado contenha um marco verdadeiramente efetivo para o acesso à justiça pelas vítimas de violações por empresas transnacionais.

A Rede Brasil está entre as mais de 150 organizações, movimentos e redes da Campanha Desmantelemos o Poder Corporativo e faz parte da construção das propostas no processo de elaboração e consulta do Tratado dos Povos⁵. O tratado é nossa principal ferramenta para aportar as demandas dos defensores e defensoras ambientais e de direitos humanos aos Estados-membro do CDH, que estarão trabalhando no desenvolvimento das normas sobre o tema nos próximos dois anos.

* Lucia Ortiz – Amigos da Terra Brasil

* Diana Aguiar – Transnational Institute

* Alexandra Montgomery – Justiça Global

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 O acesso à resolução aprovada pelo CDH da ONU (Res. 22 / Rev.1) está disponível em: http://ap.ohchr.org/Documents/E/HRC/d_res_dec/A_HRC_26_L22_rev1.doc

2 Mais informações sobre a sessão de Genebra do Tribunal Permanente dos Povos: <http://www.realworldradio.fm/7715-desmantelando-la-arquitectura-de>

3 Para maiores informações: <http://www.ipsnews.net/2014/06/eu-aims-to-scuttle-treaty-on-human-rights-abuses/>

4 Para informações sobre a Aliança por um Tratado, visite: www.treatymovement.com; e sobre a Campanha Global Desmantelar o Poder Corporativo, visite: www.stopcorporateimpunity.org

5 Tratado dos Povos: http://www.stopcorporateimpunity.org/?page_id=5577&lang=es

A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre



ANDRÉ GUERRA - NÚCLEO AMIGOS DA TERRA-BRASIL

Mulheres protestam contra remoções na Vila Tronco, em Porto Alegre (RS)

O Brasil, assim como muitos outros países do mundo, está sendo inebriado por uma névoa de avanços, melhorias, conquistas e vitórias. Sem dúvida, isso é importante. Sem dúvida, a tecnologia e o progresso aproximaram os distantes e possibilitaram impossíveis. Não é essa a questão. O fato é pensar: e

os custos? Como? A que preço? À custa de quem? Por meio de qual lei? Para estabelecer qual ordem? Supondo qual futuro? Pensando em qual sociedade? Por meio de qual estatuto político?

Talvez, nesse momento, a questão não seja nos determos naquilo que está posto como afirmado e positivado sob os desígnios dos

“avanços” e do “progresso”. Estamos avançando. Está bem. Deixemos isto como ponto pacífico. Mas, para onde? Estamos evoluindo, isso é certo. Recentemente uma bióloga me ensinou que a evolução dispensa qualquer juízo de valor. Ela não é moral, ou seja, é um fato. Estamos evoluindo, porém, se para o bem ou para o mal, a História

e historiadores que virão depois de nós é que dirão. Depois de nós quem? Do ser humano como espécie ou de grupos específicos como classe? Outra questão.

A verdade é que, no presente, estamos lidando não com o “nosso” futuro de forma genérica, estamos a cada momento também lidando com as possibilidades concretas e objetivas de escolher, especificamente, para quem e a que preço poderá ou não haver um futuro. Ou seja, no presente estamos inventando o futuro e os futuros possíveis ou barrados na nossa História. Não podemos determinar ou controlar o futuro, isso parece certo; entretanto, podemos produzir e inventar o presente, o “nosso” presente, como indivíduo, grupo, coletivo, organização, comunidade, nação, sociedade ou espécie.

No mês de junho de 2014, foi lançado o vídeo-documentário “A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre”¹, obra produzida pelos Amigos da Terra Brasil, Coletivo Catarse e Comitê Popular da Copa-Porto Alegre, em parceria com organizações, movimentos locais e nacionais. O documentário expõe episódios que conseguiram escapar das estatísticas para ganhar corpo e sangue na singularidade dolorida de irmãos e irmãs, companheiros e companheiras de viagem. O que esse trabalho mostra não é a realidade, mas é o cotidiano de uma dezena

de pessoas que não são o todo, mas sofrem um sofrimento que é compartilhado por uma infinidade de pessoas em cada um dos recantos de nossas cidades, estados, países e continentes. Ao assisti-lo parece difícil recusar a pergunta: o que estamos fazendo? Para o que estamos fazendo? Para quem estamos fazendo?

O que a Copa do Mundo não trouxe ao Brasil

Assim como na capital gaúcha, muitas outras localidades do Brasil e do mundo sofrem e, infelizmente, ainda sofrerão as mais diversas violências de toda ordem e escala. Uma simples atenção às redes sociais revela muitos campos de guerra, alguns deles provavelmente extremamente próximos de nós. Nos mais diversos episódios, famosos ou não, somos testemunhas estarrecidas da brutalidade com que casas numeradas vão sendo destruídas uma após a outra. Essas práticas não são fatos isolados.^{2 3} Sempre é contrastante observarmos a delicadeza dos homens que suavemente controlam a brutalidade dos tratores colocando abaixo não telhas e madeiras, não uma casa como objeto impessoal, mas, sim, o *lar* de famílias que naquele espaço e território construíram e referenciaram suas vidas.

Não faltam toques de solenidade a essas ações. A presença das

forças de repressão, fortemente armadas, dá cobertura aos nem sempre presentes burocratas que convenientemente usam a estupidez do sistema e das normas a favor de sua lamentável – e não menos imbecil – mesquinhez. Quando a força não protege, mas justamente legitima a subjugação, voltando-se perversamente contra os já enfraquecidos, evidentemente estamos diante de um problema, não só de ordem política, mas estrutural. E é exatamente isso que a resistência da Copa do Mundo 2014 denunciou^{4 5}.

Convivemos em nossas cidades com uma higienização de proporções inimagináveis. Obviamente, as mesmas não surgiram com a abertura da Copa do Mundo FIFA 2014 e, infelizmente, não foram embora com ela. Essa higienização é uma prática que, por um lado, foi fortemente acelerada com o oportunismo trazido pela Copa, e, por outro, só adquiriu visibilidade por causa do evento. A Copa foi passageira, muitos queriam que nem viesse⁶, mas veio. Contudo, da mesma forma, despediu-se. Porém, irá para um outro lugar, e a FIFA e suas corporações vão passar por cima de condições e condicionantes neste outro lugar, como fizeram no Brasil⁷. Ou será muito diferente? Eu não apostaria. Mas, independentemente disso, quem ganha com esse jogo?

A especulação imobiliária e o poder corporativo sempre estão a postos diante do menor vacilo da resistência. Talvez como resposta a isso, desde 2013, a confluência de décadas de mobilizações vem tomando não só às ruas do Brasil, mas escrevendo o que poderá ser um marco histórico no país⁸.

O Estado: democrático de direito, mas de exceção no fato

Os grandes avanços promovidos por todos os bens que a tecnologia e a produtividade puderam nos proporcionar agora estão nos presenteando com os deleites de uma vida menos árdua, mas, por outro lado, escondendo de nós mesmos a crescente futilidade na qual está assentada a nossa cotidiana vida coletiva e individual. Sintoma disso é que, à medida que vemos expandir nossas possibilidades técnicas e tecnológicas, também contemplamos uma expansão – quem sabe proporcional – dos reis e rainhas de nossos camarotes^{9 10}.

O que a especulação imobiliária e as grandes transnacionais têm a ver com isso? Elas estão sofisticadamente alcançando, finalmente, a consolidação de estados dentro dos estados. Enquanto no centro deles desfrutamos as fantasias promovidas pelo Estado-corporação, às suas margens, o nosso mais fantástico

aparato criminalizador, violento e opressor constrói um grande, eficiente e permanente Estado-exceção^{11 12 13 14 15}. Aquele Estado é para poucos, esse, para a maioria. As fronteiras são bem demarcadas, mas, ao mesmo tempo, turvas. Turvas uma vez que, em tese, nenhum dos dois tipos de Estado constituem o preconizado pelo dito “Estado Democrático de Direito”.

Quando a força não protege, mas justamente legitima a subjugação, voltando-se perversamente contra os já enfraquecidos, evidentemente estamos diante de um problema, não só de ordem política, mas estrutural.

Para sacar o sentido disso, basta perguntarmos para um transeunte qualquer: qual o papel da polícia? A resposta, provavelmente não fugirá muito da boa e velha “garantia de segurança”. Segurança? De quem para quem?

Enquanto os agentes do sistema rompem leis e direitos que garantem a manifestação, a moradia, dentre outros, aqui em Porto Alegre, por exemplo, seis influentes e atuantes militantes foram processados por formação de milícia, ao que me

parece, em uma clara tentativa de reprimir o direito à resistência através do “exemplo”^{16 17}. Quanto mais reconhecida a cabeça a rolar, tanto melhor para o ritual pedagógico de reprimir a resistência na esfera pública. Por isso, a formação de milícia ou tantos outros enquadramentos jurídicos precisam estar astuta e formalmente a serviço da educação popular. Corremos e lutamos, para finalmente chegarmos bem aqui: à barbárie. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas (ANCOP), ancorada em trabalhos realizados em parceria com a Repórter Brasil e a ONG britânica *Institute for Human Rights and Business*, estima que entre os crimes da Copa estão milhares de famílias removidas ou expulsas de suas casas e territórios para a construção de estádios, avenidas, estacionamentos ou shoppings, dentre outras tantas violações dos direitos humanos.^{18 19} Além disso, nesse processo, a criminalização dos movimentos sociais e o acirramento da violência institucional cometida pelos aparelhos repressivos do Estado vêm se tornando fatos cotidianos.²⁰
^{21 22} Até a subserviência da polícia às corporações conseguiu se tornar ainda mais explícita com a atuação da FIFA e seus patrocinadores.²³
²⁴ Não por acaso, na votação para escolher a pior corporação do ano de 2014 – concurso realizado todos

os anos pelo *Public Eye Awards* (“Nobel” da vergonha corporativa mundial) – a FIFA ficou em primeiro lugar no Brasil e em terceiro lugar em nível internacional.^{25 26}

Os legados da Copa do Mundo ontem, hoje e amanhã

A Copa no Brasil foi a “Copa das Copas”?²⁷ Não sei. Talvez tenha sido. Que bom que fosse. Que lindo seria abriremos as portas do nosso país para recebermos povos, cultos e culturas estrangeiras. Que bom que pudéssemos pensar no Outro como exterioridade, não como colonizável, comercializável e usurpável. Que fantástico seria o esporte fazendo convergir a diversidade. Que incrível seria se fosse o gol – em vez do Napalm – o único instrumento de vitória. Que lindo seria fazermos da pluralidade um meio de produzirmos nossa singularidade. Que fantástico se somente a bola – e não o petróleo e a natureza – fossem instrumentos de cobiça. Que lindo seria a paixão em vez do merchandising. Que maravilhoso seria... Mas é?

Eu imagino uma Copa das Copas em que a elite pudesse vaiar não a qualidade deplorável das áreas VIPs dos estádios, mas, sim, o fato de o exército de operários que construiu esses lindos coliseus só poder ver os jogos em casebres na periferia.²⁸ Que bom seria se naquela Copa, a “Copa de todo mundo”²⁹, não houvesse o

sangue e suor de trabalho escravo³⁰. Eu imagino uma Copa das Copas em que os territórios em torno dos estádios fossem espaços de encontro, não de exceção³¹. Eu imagino uma Copa das Copas que não sirva para gerar riqueza, mas para enriquecer o povo. Eu imagino uma Copa das Copas como um lugar onde se possa inventar e ensinar uma Democracia, uma democracia democrática, não a das armas e dos batalhões de Choque. Eu imagino uma Copa das Copas em que as mulheres não sejam a mercadoria em jogo.³² Eu imagino uma Copa das Copas em que as mobilizações não sejam reprimidas, mas incentivadas, afinal, queríamos expor ao mundo o “nosso” Brasil, o Brasil de “todo mundo”. Será mesmo que é assim?³³

Onde está esse Brasil? O Brasil que eu conheço cheira a sangue e gás lacrimogêneo³⁴. O Brasil que eu conheço procura até hoje seus Amarildos. No Brasil que eu conheço, a pobreza continua sendo uma questão de polícia. No Brasil que eu conheço, a miséria – não só a econômica – ganha de goleada. Mas o Brasil que eu conheço, não é o Brasil de todo mundo, porque muita gente – no Brasil que eu conheço –, só pode conhecer o “Brasil de todo mundo” através do que 11 famílias – que controlam os meios de comunicação públicos – querem que seja o Brasil.^{35 36} Por

isso, no Brasil que eu conheço, só há dois brasis: um da vaia e o outro da Copa das Copas. Porque no Brasil que eu conheço só há duas formas de pensar: ou a favor ou contra; ou certo ou errado; ou pacífico ou vândalo. Enfim, no Brasil que eu conheço só a mídia marca gol de placa.

Pra mim, a Copa do mundo que o mundo perdeu em Porto Alegre, essa sim foi a Copa das Copas³⁷. Porque atrás das cortinas sempre há algo que não esvanece, algo que permanece mesmo que agora as vuvuzelas e alegrias já tenham sido novamente substituídas pelo som dos automóveis agressivos e apressados ou pela violência e hostilidade. A Copa que o mundo perdeu continua.³⁸ Mesmo que a outra Copa já tenha ido embora – aquela Copa pequena e passageira – o legado da Copa do mundo que o mundo perdeu em Porto Alegre permanecerá: continuarão morrendo os filhos e filhas de Sheilas, homens e mulheres, Zés e Joãos esquecidos e expulsos para um canto qualquer de tantas Faixas de Gaza espalhadas aqui e acolá.^{39 40 41 42}

*André Guerra é psicólogo, atua como jornalista e atualmente é estudante de Direito e mestrando em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. É membro dos Amigos da Terra Brasil.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 [A Copa que o Mundo perdeu em Porto Alegre]
<https://www.youtube.com/watch?v=Z39sWy5M-TA>
- 2 [ANCOP: Copa para quem? |LEG: ESP/ING/ALE/ITA/POR]
<https://www.youtube.com/watch?v=HmoLZBtqQ3c>
- 3 [ESPN: Desapropriação das obras da copa]
<https://www.youtube.com/watch?v=YqZlmgsmmXE>
- 4 [MEMÓRIA LATINA: Marcha de movimentos sociais de Abertura da Copa no Rio de Janeiro|LEG: ESP/POR]
https://www.youtube.com/watch?v=m3o6_xFbx44&feature=youtu.be
- 5 [ANTROPOTV: FIFA GO HOME! O Mundial desde Porto Alegre]
<https://vimeo.com/98370600>
- 6 [Don't come to Brazil |LEG: ESP/ING/POR]
<https://www.youtube.com/watch?v=VrrOglHWKra>
- 7 [Yes, you can still go to the World Cup – IF |LEG: ESP/ING/POR]
<https://www.youtube.com/watch?v=-8Zrxr8r-fY>
- 8 [Filme: "A PARTIR DE AGORA - As jornadas de junho no Brasil"]
<https://www.youtube.com/watch?v=3dIPZ3rar0O>
- 9 [TVFOLHA: A copa VIP dos "Yellow Blocs" |LEG: ESP/POR]
<https://www.youtube.com/watch?v=0Zkp1C9ucre>
- 10 [VEJA: Os 10 mandamentos do rei do camarote]
<https://www.youtube.com/watch?v=atQvZ-nqQGo&feature=kp>
- 11 [TVFOLHA: Repórteres falam como a brutalidade policial marcou o último protesto (2013)|LEG: ESP/ING/POR]
<https://www.youtube.com/watch?v=W6QVLE8PQJ8>
- 12 [PM atira em manifestantes que pediam não violência (2013)]
<https://www.youtube.com/watch?v=u3-PWM9uuGI>
- 13 [Manifestante desarmado se coloca na frente do Choque (2013)] <http://www.youtube.com/watch?v=ZqBq2RSwKCC>
- 14 [Manifestantes contrários à Copa são agredidos em Porto Alegre (2012)] http://www.youtube.com/watch?v=MHJ_I_Aol_Og
- 15 [PM de Porto Alegre prende pessoas por gravarem violência policial |LEG: ING/POR] <https://www.youtube.com/watch?v=80fxj6jFQBI#t=21>
- 16 [PÚBLICA: No Rio Grande do Sul, juiz instaura processo contra manifestantes] <http://apublica.org/2014/06/no-rio-grande-do-sul-juiz-instaura-processo-contra-manifestantes/>
- 17 [Bloco de Lutas divulga carta aberta sobre denúncia criminal]
<http://jornalismob.com/2014/05/16/bloco-de-luta-divulga-carta-aberta-sobre-denuncia-criminal/>
- 18 [Mega-sporting events in Brazil: Human rights risk areas]
<http://www.megasportingevents.org/pdf/Reporter-Brasil-MSEs-Human-Rights-Risk-Areas.pdf>
- 19 [Carta do I Encontro dos/das Atingidos/as]
http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=586:carta-do-i-encontro-dos/das-atingidos/as
- 20 [On the Outside of the Stadiums - Brazil 2014]
https://www.youtube.com/watch?v=M_yys4zyfEo
- 21 [Violado o direito de protestar em Porto Alegre]
<http://vimeo.com/98591837>
- 22 [PM do Rio espanca manifestantes no Ato Fifa Go Home]
<https://www.youtube.com/watch?v=oF96qtMs-ew>
- 23 [Recorte de muitos videos mostrando a violência institucional no pais] <http://vimeo.com/82389104>
- 24 [Mas que Copa?!]
<https://www.youtube.com/watch?v=uFYB4cgpUOk>
- 25 <http://publiceye.ch/en/case/fifa/>
- 26 [Por que apoiamos a campanha "FIFA a pior corporação do ano"?]
<http://amigosdaterrabrasil.wordpress.com/2013/11/26/por-que-apoiamos-a-campanha-fifa-a-pior-corporacao-do-ano/>
- 27 [GOVERNO FEDERAL: Propaganda da Copa das Copas]
<https://www.youtube.com/watch?v=c7otMhcGdv8>
- 28 [Para mim, Copa não existe', diz mãe de operário morto na Arena Corinthians] http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140623_mae_operario_copa_wc2014_lgb.shtml
- 29 [COCA-COLA: Propaganda da Copa de Todo Mundo]
<https://www.youtube.com/watch?v=u-tp3SwitMY>
- 30 http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140616_mp_denuncia_odebrecht_jf.shtml
- 31 [Coronel da PM de Minas Gerais afirma que "o entorno do Mineirão é território FIFA"]
https://www.youtube.com/watch?v=U65RQ1_rqok
- 32 [CATARSE: Ato das mulheres na Vila Tronco contra a Copa]
https://www.youtube.com/watch?v=vH2h_K1Ah4I&list=TLPLSHMSZ2Zld9PsF_uJTDI6A_oky23kh6
- 33 [CATARSE: Choveu bomba em Porto Alegre (2013)]
<https://www.youtube.com/watch?v=yhKkpCAiY5w>
- 34 [PM joga bomba de gás lacrimogênio dentro de apartamento de pessoas que olhavam a manifestação em São Paulo (2013)]
<https://www.youtube.com/watch?v=IUIQJQIoJII>
- 35 [INTERVOZES: A Verdadeira história da mídia brasileira]
<https://www.youtube.com/watch?v=KgCX2ONf6BU>
- 36 [Canal argentino debocha da hipocrisia dos meios de comunicação brasileiros] <http://www.youtube.com/watch?v=IThtk3CG0rc>
- 37 [Os Estrangeiros da Vila Tronco |LEG: ING/POR]
<http://www.youtube.com/watch?v=Cj34SZpRhxE>
- 38 [CATARSE: Bloco de Luta e Comitê Popular da Copa na Vila Cruzeiro] https://www.youtube.com/watch?v=FS_f_sRUX9I
- 39 [ESPN: À Beira da Copa num Porto pouco Alegre | Parte I]
http://www.youtube.com/watch?v=IOg_ynaskr4
- 40 [ESPN: À Beira da Copa num Porto pouco Alegre | Parte II]
<http://www.youtube.com/watch?v=sbjEGceHjmA>
- 41 [ESPN: À Beira da Copa num Porto pouco Alegre | Parte III]
<http://www.youtube.com/watch?v=SodzvALBROM>
- 42 [ESPN: À Beira da Copa num Porto pouco Alegre | Parte IV]
<http://www.youtube.com/watch?v=dHB9lJkCno>

BRICS no G20: Há um modelo alternativo de desenvolvimento?¹

A partir de 2000, na Cúpula de Okinawa, o sistema G7/8² começou um movimento de *outreach*, ou seja, tanto de “alcançar” aqueles que se encontravam fora quanto de “expandir” o sistema G7/8. Neste sentido, pela primeira vez países não-participantes do sistema G7/8 foram envolvidos tanto em encontros do G8, quanto em consultas pré-cúpula. Neste processo a Cúpula de Gleneagles (2005) foi um marco, pois nesta pela primeira vez há um documento conjunto emitido por Brasil, Índia, China, África do Sul e México (BICSAM). Tal articulação ocorre até a cúpula de L'Aquila (2009); não obstante, como desde 2008 o G20 vem lidando com tais questões como um fórum de líderes e, a partir de 2009, o BRIC³ passa a se reunir como coalizão, tal articulação paralela ao sistema G7/8 perde sua relevância. Neste contexto, uma questão que surge diz respeito à relação entre BRICS e G20. Como se dá a ação de tal



coalizão emergente neste fórum?

Neste ponto, é importante notar que tal articulação sul-sul busca ampliar sua inserção na governança econômica global: começando como BICSAM no âmbito do sistema G7/8, a partir de 2005, passando pela primeira reunião dos chefes de Estado do BRIC durante a Cúpula do G8 em Hokkaido, em 2006, e se consolidando como BRIC(S) no âmbito do G20 a partir de 2008, é possível perceber certo engajamento na busca de certos objetivos. Além disso, após a crise financeira de

2008 e, em especial, com seus desdobramentos na zona do Euro, as articulações e o papel do BRICS no G20 ganharam uma relevância ainda maior, tendo em vista a demanda, por parte dos países da Europa, de ajuda econômica dos países em desenvolvimento.

Embora seja possível perceber certa falta de convergência dos países do BRICS nos fóruns globais em geral, no que concerne especificamente ao G20, percebe-se uma relativa coerência, em especial a partir de Cannes (2011), com determinadas consequências para debates acerca das alternativas concretas apresentadas por tais países. Além disso, surge neste ponto uma questão sobre a real diferença entre os modelos do BRICS e do G7.

As declarações recentes do G8 nos últimos anos – com destaque para a declaração final de Camp David (2012) – apontam para o fato de que uma marca da crise contemporânea é a percepção de que, até o momento, não há uma alternativa vista como

viável para todos – diferentemente do que ocorria, por exemplo, com o Consenso de Washington. Ao que parece, o êxito de modelos alternativos ao neoliberal *tout court* abriram espaço em termos de modelos predominantes. De maneira geral, embora seja possível afirmar que os modelos dos países do BRICS se baseiam em instituições econômicas distintas daquelas que formam a base do modelo neoliberal anglo-saxão, é importante não perder de vista a relação entre o modelo de capitalismo que vem sendo construído/expreso nas declarações e posicionamentos do BRICS e as características particulares de cada um dos BRICS.

A despeito de determinadas críticas constantes em seus posicionamentos em fóruns como o G20, as respostas dadas por tais países têm assumido um caráter ambivalente e, em alguns casos, híbrido, incorporando elementos neodesenvolvimentistas e neoliberais ao mesmo tempo. No longo prazo, qual o real potencial transformativo de tal coalizão? Questões desta natureza ajudam a explicar também certa inflexão nas demandas e ações desse grupo de países, particularmente no que concerne ao G20 e à convergência de determinados interesses entre a coalizão e certos atores do G7. Neste sentido, uma vez que a crise se estabilize nos países desenvolvidos, existe a possibilidade de que estes

usem o G20 para inserir as potências médias emergentes na ordem mundial vigente, esvaziando ainda mais as possibilidades de inserção diferenciada de tais países.

A partir das declarações do BRICS (BICSAM – 2008), G20 e G8 (e declarações das reuniões de ministros de finanças do G7), e tendo como ponto de comparação o impacto de BRICS e sistema G7/8 nas declarações do G20, nota-se que, apenas no que concerne à reforma das instituições financeiras internacionais (IFIs), os interesses do BRICS foram prevaletentes no âmbito do G20. Contudo, mesmo nesse caso, alguns dos interesses ainda não foram implementados – vide a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nos demais, percebe-se a predominância da convergência BRICS/G7, o que expressa a relevância do G7 e de suas posições na resposta à crise.

Considerações finais

Em última instância, há apenas um modesto aumento de influência por parte dos BRICS no âmbito do G20. Mas até que ponto os países da coalizão estão dispostos a arcar com os custos da liderança que almejam? Tais países não demonstram o desejo de uma alteração radical na estrutura de governança econômica global. Neste ponto, importam as dinâmicas internas de cada um dos países, pois podem afetar tanto a possibilidade

de cooperação entre os países da coalizão no longo prazo, quanto sua vontade de arcar com os custos do protagonismo ambicionado. Além disso, embora o BRICS tenha avançado em certas ações concretas, a opção pela autonomia dos seus membros, bem como pela informalidade, tem colocado limites à promoção de uma agenda comum que realmente se apresente como uma alternativa viável. Neste contexto, as discrepâncias econômicas entre China e os demais países do BRICS (e as tensões oriundas de tal relação), bem como as divergências internas no tocante às outras questões, além da reforma das instituições financeiras internacionais – como por exemplo, a posição divergente entre China e Rússia de um lado, e Brasil, Índia e África do Sul, de outro, no que diz respeito à reforma do Conselho de Segurança da ONU – são elementos que atestam tais limites.

* **Leonardo Ramos** é Professor do Departamento de Relações Internacionais – PUC Minas e líder do Grupo de Pesquisa sobre Potências Médias (GPPM) (<http://potenciasmedias.com/>)

NOTAS

1 Este artigo é uma versão resumida e com poucas alterações do artigo "Potências médias emergentes e reforma da arquitetura financeira mundial? Uma análise do BRICS no G20", que será publicado na Revista de Sociologia e Política.

2 O conceito "sistema G7/8" diz respeito a duas questões: (i) ao sistema de articulações que se configura ao redor de um processo mais amplo de elaboração e difusão de normas, ideologias e consensos – daí a ideia de sistema. Além disso, (ii) tal sistema passa por mudanças em sua configuração – G5, G6, G7 e G8 – além de possuir estruturas sobrepostas – G5 e G7 de ministros de finanças e G6, G7 e G8 de líderes (além do G8+5 e do atual G20) – daí a ideia de G7/8.

3 A África do Sul só ingressa oficialmente no grupo em 2011, por isso nesta sigla ainda sem o S.

BRICS: “Os novos tiranos”?

Os países do sul estão unidos por uma história comum e triste de exploração dos recursos e pessoas pelos países do norte, que levou à acumulação de riqueza dos últimos. Inicialmente, quando vimos alguns países do sul começar a crescer e ter mais influência no sistema global, ficamos com a esperança que iriam trazer novas ideias sobre alternativas ao que é atualmente designado como desenvolvimento, principalmente, devido às injustiças e exploração que sofreram. Infelizmente, em vez de usarem essa experiência para fazerem a mudança, eles estão copiando aqueles que outrora os exploraram, além de usando a desculpa de parcerias Sul-Sul, como um cavalo de troia, para explorarem os recursos da mesma maneira ou de maneira ainda pior.

Este grupo de novos tiranos formam o chamado BRICS, que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Moçambique tem já varios exemplos dos impactos negativos do bloco e,

nos últimos anos, tem se tornado norma as constantes violações dos direitos humanos do povo moçambicano. Também no âmbito dos impactos, são inúmeros os casos de usurpação de terra pela corporação de países parte dos BRICS que tem feito vítimas em comunidades rurais por todo o Moçambique, sempre com o mesmo denominador comum: a permissividade e/ou conivência do governo, em nome do desenvolvimento do país.

Anos após o começo das suas atividades, os conflitos e problemas provocados pelos países membros do bloco dos BRICS continuam por resolver, como o caso da Vale, Jindal, entre outros. Os mesmos casos escalam em níveis nunca vistos em Moçambique.

Talvez o início da parceria Sul-Sul em Moçambique tenha iniciado com a China e a Rússia, no setor de pesca, visto terem sido estes os países que mais apoiaram a luta de libertação nacional. A China, devido à

imensa demanda interna por produtos madeireiros e com a já alta destruição da maioria de suas florestas, tem sido um dos atores responsáveis para a exploração desregrada e gananciosa das nossas florestas nativas. Isto ocorre via companhias chinesas autorizadas a efetuarem o manejo e com uma cota anual definida ou de forma ilegal, sendo que o mais importante para eles é que continuem desmatando. Não existe respeito às leis e regulamentos nacionais ou qualquer consideração pelos processos biológicos e ecossistêmicos. As empresas chinesas desconhecem por completo o funcionamento das nossas florestas e não tem qualquer interesse em conhecer outra coisa que não seja a madeira extraída, o máximo possível.

A exploração ilegal é generalizada e não exclui de forma alguma as empresas legalmente estabelecidas. A grande maioria, senão mesmo a totalidade das empresas madeireiras, cometem inúmeras ilegalidades, desde o

corte acima do volume permitido, ao corte fora das áreas licenciadas, até casos mais graves de corte de madeira sem licença. O suborno a oficiais do Estado é a forma corrente de atuar e passar sem problemas nos postos de controle. Não há monitoramento ou fiscalização alguma. E o nosso governo? Até à data, nada fez ou faz. Por quê? Porque o negócio da madeira com a China, sendo por quotas alocadas e autorizadas ou por corte ilegal, envolve altos representantes do nosso governo, e a China fomenta essa corrupção em seu benefício.

Depois da guerra civil, que durou uns 16 anos, Moçambique entrou numa nova era, e aí iniciaram os investimentos dos outros países, que hoje formam o BRICS, na área extrativa e de construção de mega infraestruturas. Agora, é a vez dos agronegócios, com o famoso programa “ProSavana”.

O ProSavana é um programa entre Japão, Brasil e Moçambique para essencialmente promover o desenvolvimento do agronegócio no Norte deste último país. Segundo os proponentes do programa, este se inspira na experiência adquirida pelos

programas brasileiros em desenvolvimento agropecuário realizados em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), principalmente o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) ou Pró-Cerrado. O programa PRODECER mostrou que os benefícios do modelo brasileiro foram insignificantes quando comparados aos impactos devastadores sobre a vida dos camponeses, sobre as florestas e a biodiversidade do cerrado brasileiro.¹

De certo modo, e devido aos problemas que esse programa trouxe ao Brasil, o processo de elaboração do programa ProSavana tem sido caracterizado por uma total falta de transparência, consulta ou participação pública. Os governos têm até agora se recusado a divulgar as várias versões do Plano Diretor, que tem sido elaborado por um grupo de consultores da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esses consultores são também diretores na Vigna Brasil, também conhecida como Vigna Projetos, que presta serviços

de consultoria para as empresas do agronegócio, como a Galp Energia, Vale, Syngenta, Petrobras e a Archer Daniels Midland Company (ADM), uma das maiores companhias de processamento de grãos e oleaginosas do mundo. A Galp, propriedade da família Amorim de Portugal. Não há qualquer apreço pelos sistemas locais de agricultura e de produção de alimentos. Se por um lado as grandes empresas do agronegócio têm feito parte de todo o processo, integrando as delegações governamentais que estão investigando as oportunidades de negócios no Corredor de Nacala, os quatro milhões de agricultores que vivem na área afetada não receberam informação alguma sobre as intenções indicadas no Plano Diretor.

Finalmente, em 2013, dado o vazamento de informações, a sociedade civil moçambicana teve acesso a um exemplar da versão mais recente do secreto Plano Diretor para o programa ProSAVANA, datado de Março de 2013.

De acordo com o Plano Diretor, o programa abrangerá uma área de mais de 10 milhões de hectares em

19 distritos de três províncias do Norte de Moçambique – Nampula, Niassa e Zambézia, área que foi apelidada de Corredor de Nacala, onde vivem agricultores, que dependem diretamente da terra e da agricultura camponesa.

O programa, convenientemente, esqueceu-se que cerca de 90% da população moçambicana pratica agricultura camponesa e que cerca de 80% dos alimentos consumidos em Moçambique provêm deste tipo de cultivo. Esta população, no entanto, é sistemática e permanentemente desconsiderada. Sem nenhuma análise feita à eficácia das técnicas agrícolas tradicionais praticadas na área, o Plano Diretor afirma que “a transição da agricultura itinerante para a agricultura sedentária é uma necessidade urgente”, e diz ainda que esta é “a principal estratégia proposta no plano.”² O plano insta ainda a ações para “combater a prática da agricultura itinerante.”

Não nos restam dúvidas das reais intenções do programa, que entre outras pretende afastar os agricultores da agricultura itinerante e técnicas tradicionais de gestão de terras para os fazer

adotar técnicas de cultivo intensivo à base de sementes comerciais, fatores de produção químicos e títulos de propriedade privada. Da mesma forma, o programa pode empurrar os camponeses para um regime de produção por contrato com empresas agrícolas e de processamento de alimentos, ficando dependentes de uma única empresa para todas as etapas da cultivo, desde a obtenção de sementes, até a venda das suas colheitas.

Com este programa os governos do Brasil, Japão e Moçambique preparam secretamente uma das maiores usurpações de terras no norte deste último país e, ao mesmo tempo, transforma-no em um paraíso para as grandes corporações.

Dando seguimento às preocupações dos camponeses, a UNAC (União Nacional dos Camponeses), juntamente com a organização Justiça Ambiental (JA) e mais organizações da sociedade civil, submeteram uma carta aberta aos presidentes de Moçambique, Brasil e Japão, que foi entregue em 02 de Junho de 2013, para deter e refletir de

forma urgente sobre o programa ProSavana. Um ano após a submissão e publicação da carta³, esta permanece sem resposta de qualquer dos três governos. Contra todas as críticas e exigências de vários segmentos da sociedade moçambicana, o ProSavana continua a ser implementado nos moldes corporativos e perversos em que foi concebido, e o governo moçambicano, por meio do Ministério da Agricultura, continua a ignorar as demandas e justas reivindicações de moçambicanos e moçambicanas levantadas em torno deste programa.

Se é esta a cooperação que os países dos BRICS pretendem promover, nós NÃO queremos, e se é isto o desenvolvimento de que tanto falam, podem levar de volta, porque não é o que queremos para nós, para o nosso país.

A luta continua

* Anabela Lemos é parte da organização Justiça Ambiental (JA) membro da federação Amigos da Terra, em Moçambique.

NOTAS

1 Veja mais dados e informações sobre o processo em <http://www.farmlandgrab.org/post/view/22022>.

2 Idem.

3 Carta acessível em <http://www.farmlandgrab.org/post/view/22136>


“Não adianta conquistarmos direito à terra e ao crédito, quando o capital avança no campo e o agronegócio reconstrói sua força por dentro do nosso governo e ameaça todas as nossas conquistas com a conivência de quem deveria nos proteger”

Kika- vice-presidente do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Apodi/CE.




Av. Vieira - Marcha Mundial das Mulheres - Apodi/CE

Realização

 **Rede Brasil**
sobre instituições financeiras multilaterais

Parceiros

 HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RNALL



REDE JUBILEU SUL
Brasil